

Brasil é o principal credor do BID na América Latina

O Brasil recebeu mais de um terço do volume de recursos destinados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para a América Latina, tornando-se o principal credor do Banco. Só de 1961 a 1983, conforme relatório do BID divulgado em Washington, projetos brasileiros capitalizaram US\$ 4,4 bilhões, dos quais US\$ 2,9 bilhões já foram desembolsados.

O relatório do Banco Interamericano será discutido amanhã, com a abertura da 25ª Reunião Anual de Governadores, em Montevidéu, que tem como pauta central a análise da grave crise econômica da América Latina.

Os técnicos do BID apontam no relatório de 1983 que as dificuldades da região vão continuar. E alertam para a crise crescente: no ano passado a renda **per capita** do Produto Interno Bruto caiu a níveis inferiores ao de 1977 e em alguns países chegou a igualar-se aos anos 60.

A dificuldade é expressa pelo aumento no volume de empréstimos do BID em 1983: mais 11 por cento. No final do ano passado o Banco já emprestara US\$ 25 bilhões, ajudando a financiar projetos com custo total de US\$ 91 bilhões.

Para auxiliar a recuperação econômica da região, o BID decidiu tornar mais flexíveis suas exigências e levou os recursos para a região através do Programa Especial de Operações. No relatório, fica clara a mudança de critérios diante do empobrecimento re-

gional, registra que "foi ampliada a aplicação de medidas de emergência autorizadas pelas normas em vigor no Banco e modificadas, em caráter temporário, diretrizes aplicáveis de financiamento, o que permitiu atender a certas necessidades especiais dos projetos".

Em 1983 os projetos energéticos tiveram prioridade nas concessões do BID, principalmente os que utilizaram a hidráulica, como forma de fugir às necessidades do petróleo, responsável por boa parte do endividamento regional. O segundo ponto preferencial dos investimentos do banco foi a agricultura, que levou 26 por cento do total emprestado.

Entre as realizações o Banco Interamericano é destacado o auxílio para programas agrícolas de 15 milhões de hectares; o aumento, em 32 milhões de quilowatts, da capacidade de geração de energia; a modernização de 96 indústrias; a construção de 5.900 redes de água potável e 370 redes de esgotos; a criação de duas mil instalações de saúde pública; o auxílio à construção de 2.600 escolas e 132 universidades; o financiamento de 16 mil quilômetros de estradas principais e 40 mil de estradas secundárias; além de ajuda à ampliação e construção de 13 portos; o apoio ao desenvolvimento de infraestrutura turística; e a concessão de crédito para exportações não tradicionais.

Todos esses benefícios não anulam as advertências e constatações do relatório do

Banco Interamericano: em 1983 os países latino-americanos enfrentaram o terceiro ano consecutivo de recessão generalizada. O Produto Interno Bruto da região caiu mais três por cento e a renda **per capita** baixou seis por cento.

O BID destaca que o déficit em conta corrente caiu bastante, mas atribui isso ao corte nas importações e não ao aumento das exportações. "O aspecto mais inquietador da economia latino-americana", destaca um trecho do relatório, "parece ter sido a queda no investimento bruto. Só em 1982 os investimentos na região diminuíram 13 por cento em termos reais".

A política de ajustamento dos países diante da alta de juros e da dificuldade para pagamento da dívida externa, diz finalmente o BID, determinou vultosa desvalorização das moedas. Isso, aliado aos cortes nos gastos públicos, agravou o desemprego, que apresentou níveis superiores aos de 1982, considerado um ano também difícil.

● A Junta de Governadores do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) adiou ontem a decisão final sobre sua participação em uma nova subsidiária que ajudaria o crescimento de pequenas empresas privadas na América Latina e Caribe. Fontes da reunião disseram que Argentina, Brasil, México e Venezuela devem ter 37 por cento das ações da nova entidade.

● Em 30 ou 40 dias a América Latina apresentaria um plano para o refinanciamento da dívida externa, inclusive junto ao FMI. Foi o que deixou antever o Secretário do Sela, Sebastian Allegret.